

## **Eleições municipais na década de 1980 e as mudanças no sistema político: análise a partir do caso de Pelotas (RS)\***

Alvaro Augusto de Borba Barreto<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O trabalho analisa comparativamente as eleições municipais (Prefeito e vereadores), realizadas em Pelotas (RS), nos anos de 1982 e de 1988, tendo por objetivo observá-las, no que tange a: partidos envolvidos, regramento e resultados. A perspectiva analítica é de que, embora inseridas no mesmo sistema político pluripartidário, a série de alterações institucionais ocorridas entre os dois pleitos, como: o advento de um presidente civil, o ingresso de novos partidos na disputa, o advento da troca de legenda e da possibilidade de coligações, além do fim da sublegenda e do voto vinculado, fazem com que eles produzam resultados distintos, os quais indicam o estabelecimento de uma nova dinâmica de disputa política, não só em termos locais, como também nacionais.

### **Palavras-chave**

Sistema político; eleições municipais; Pelotas (RS)

Uma primeira comparação entre os dois pleitos leva em consideração a conjuntura de cada disputa. A eleição de 1982 processou-se durante a ditadura, tendo o comando do regime militar, o que traz importantes implicações para as regras que a disciplinaram. Por outro lado, era a “maior da história do país”, visto que o eleitor teria de escolher seis cargos: o governador do estado, uma vaga de senador, a composição da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa, além do Prefeito e dos vereadores (ALVES, 1984).<sup>2</sup> Igualmente, era um importante passo na retomada da democracia, pois

a despeito de todas as artimanhas do governo, o processo de liberalização continuava seu curso a passos lentos, e as eleições de 1982 refletiriam com exatidão esse novo período: novos partidos haviam sido criados e participaram do processo eleitoral; políticos que haviam perdido seus direitos políticos nos anos 60 retornaram à vida pública; e, pela primeira vez desde 1965, realizaram-se eleições para governador. KINZO (1988, p. 213)

---

<sup>1</sup> Instituto de Sociologia e Política – Universidade Federal de Pelotas O trabalho faz parte da pesquisa “Impacto das coligações nas eleições municipais de Pelotas (RS) – 1988-2004”, financiada pelo CNPq. [albarret.sul@terra.com.br](mailto:albarret.sul@terra.com.br)

<sup>2</sup> - Capitais, municípios considerados zona de segurança nacional ou estações hidrominerais – equivalentes a aproximadamente 25% do eleitorado nacional – não elegeram prefeito, cujo pleito foi realizado em 1985.

2

Em 1988, o cenário era outro: o comando do país estava com um governo civil que, apesar de todas as contradições de um período de transição, possuía o compromisso com a retomada da normalidade institucional do país; a votação ocorreu poucos dias após a promulgação da nova Constituição, importante marco no processo de redemocratização, a ser complementado no ano seguinte pela eleição direta para Presidente.

Além disso, a disputa daquele ano seria unicamente de âmbito municipal e marcava a normalização do calendário, com disputas locais a cada quatro anos, em períodos distintos das estaduais e das nacionais. Ao contrário de 1982, quando questões relativas aos três níveis se entrecruzaram, em 1988 as peculiaridades municipais poderiam aflorar com toda a força que normalmente as caracterizam, e os eleitores e as legendas criadas imediatamente após a reforma de 1979 defrontar-se-iam com uma nova experiência.

As diferenças conjunturais se refletem nas regras que regulamentaram os pleitos e estas, por sua vez, condicionaram a dinâmica de cada disputa. Aparentemente, ambos eram idênticos: o distrito eleitoral foi o mesmo (o município de Pelotas), o procedimento de votação também (unimonimal para Prefeito e de lista aberta para vereador), a fórmula eleitoral idem (majoritária de turno único para Prefeito; proporcional com cociente eleitoral definido por cota Hare, no qual eram incluídos os votos brancos, cláusula de exclusão coincidente com o cociente e, finalmente, aproveitamento de sobras pelo sistema D'Hondt).

No entanto, medidas associadas a estas fizeram toda a diferença. O pleito de 1982 trazia uma série de “casuísmos”, alterações das regras realizadas pelo Pacote de Novembro de 1981, com vistas a constranger a oposição e a beneficiar o PDS: a proibição de coligação (associação eleitoral de dois ou mais partidos); o estabelecimento do voto vinculado (anulação, se fossem indicados candidatos de legendas diferentes para postos distintos); a obrigação de os partidos lançarem concorrentes para todos os cargos para que pudessem participar do pleito. A elas se somava a utilização da sublegenda para Prefeito e Senador (a possibilidade de um partido lançar mais de uma candidatura para o mesmo cargo), em vigor desde 1966, bem como as restrições ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), fixadas pela Lei Falcão desde 1976.

A disputa de 1988 beneficiou-se da percepção de que as medidas relatadas acima faziam parte de um “entulho autoritário”, razão pela qual deveriam ser superadas. Assim, a

3

Emenda Constitucional 25, de maio de 1985, permitiu a coligação, suprimiu a sublegenda e o voto vinculado.<sup>3</sup>

Em razão desses fatores, a eleição de 1982 apresentou resultados que a tornaram mais parecida com o cenário existente antes da reforma de 1979 do que com a nova realidade pluripartidária que ela supostamente simbolizava (BRITO, 1983; SOUZA/KUGELMAS, 1983). Veja-se o caso de Pelotas: depois das eleições de 1976, o MDB tinha o Prefeito e a maioria da Câmara (11 vagas), enquanto a Arena estava com as 10 restantes. Realizada a reforma e às vésperas da eleição de 1982, o panorama era praticamente o mesmo: o PMDB, sucessor do MDB, comandava o Executivo e detinha 10 cadeiras na Câmara; o PDS, sucedâneo da Arena, também possuía 10; a única novidade era o PDT, que controlava a vaga restante.<sup>4</sup> Após o pleito, houve apenas uma troca: o PMDB manteve tanto a Prefeitura quanto as 10 vagas na Câmara; o PDS ficou em segundo lugar na disputa majoritária, tendo eleito nove vereadores; e o PDT ganhou duas cadeiras.

<b>Cargo</b>	<b>Dezembro/79</b>	<b>1982</b>	<b>Eleição de 1982</b>
<b>Prefeito</b>	MDB	PMDB	PMDB
<b>Vereadores</b>	MDB (11) Arena (10)	PMDB (10) PDS (10) PDT (1)	PMDB (10) PDS (9) PDT (2)

**Quadro 1** – Filiação partidária do Prefeito e dos vereadores, no município de Pelotas, em 1979, em 1982 e conforme o resultado das eleições de 1982

**Tabela 1** – Resultado da eleição para Prefeito de Pelotas, em 1982

<b>Partido</b>	<b>Candidato</b>	<b>Votação dos Candidatos</b>	<b>Votação da Legenda</b>	<b>%</b>
PMDB	Bernardo de Souza	28.936	48.954	46,7
	Edgar Henrique Klever	20.018		
PDS	Carlos Alberto Brod	44.279	44.279	42,3

<sup>3</sup> - A EC-25 trouxe outras inovações que serão destacadas no decorrer do texto: aboliu a fidelidade partidária; permitiu a criação de novas legendas; legalizou os partidos comunistas. Além disso, estendeu o direito de voto aos analfabetos; ampliou do número de cadeiras na Câmara dos Deputados (479 para 487), ao garantir representação ao Distrito Federal; restabeleceu eleições diretas para Presidente e vice (efetivadas em 1989), assim como para os municípios citados à nota anterior. (LIMA JÚNIOR, 1993)

<sup>4</sup> - A transição formal do bi para o pluripartidarismo não se deu em uma única etapa, houve várias mudanças na distribuição de cadeiras entre os partidos, fruto de troca de legendas ou do surgimento, e posterior fusão, de partidos. Após a reforma, o PDT ficou com três vagas, o PMDB com oito e o PDS com 10. Posteriormente, um vereador do PDT passou para o PMDB, o Partido Popular (PP) foi organizado na cidade, tendo recebido a adesão de dois vereadores (um do PMDB e outro do PDT). Estas vagas passaram ao PMDB, após a fusão deste com o PP, ocorrida no início de 1982. Mais detalhes, ver: BARRETO, ARAÚJO, ALTMANN (2006, 2007)

PDT	João Carlos Gastal	9.431	9.431	9,0
PT	Luiz Carlos Volcan	2.038	2.038	2,0
<b>Total</b>		<b>104.702</b>		<b>100</b>

Fonte: Diário Popular, 19 nov. 1982

Com esta afirmação não se pretende esvaziar o impacto do pleito de 1982, visto ser possível entender o resultado como produto do caráter interessado e artificial da reforma de 1979, do curto período que as legendas tiveram para se organizar e se consolidar como novas opções junto ao eleitorado. É bastante razoável supor que PDS e PMDB ganharam a grande maioria dos cargos por serem vistos pela opinião pública como a continuação do bipartidarismo. Na mesma medida, compreende-se que para PDT, PTB e PT tenha ficado o ônus de não terem acesso aos mesmos recursos institucionais e de necessitarem construir uma identidade política em meio a um período histórico, no qual o grande tema era o fim da ditadura militar, razão porque a “união das oposições” era tão destacada. (FERREIRA, 1991)

Pode-se considerar, enfim, que a eleição de 1982 tenha sido de transição do bi para um pluripartidarismo de fato, e não apenas nominal. A nova realidade política começaria a se consolidar nas disputas seguintes, a partir das pequenas, mas promissoras alterações que ocorreram naquela oportunidade. Logo, as mudanças político-institucionais processadas entre os pleitos de 1982 e de 1988 foram mais intensas e significativas do que aquelas registradas entre a reforma de 1979 e a primeira eleição do período.

\* \* \*

Pretende-se, a seguir, dimensionar as transformações ocorridas em Pelotas, o que será realizado pela análise comparativa entre as duas eleições, a partir de cinco aspectos. Os três primeiros plasmam as diferenças e referem-se a: (a) quantidade de concorrentes; (b) resultados da disputa para a Prefeitura e para a Câmara; (c) número e tamanho das legendas representadas na Câmara. Os outros dois observam os arranjos institucionais surgidos depois do pleito de 1982 e que serão decisivos para a dinâmica da eleição de 1988: (d) advento das coligações; (e) migração partidária e liberdade para criar partidos.

A simples comparação entre a quantidade de legendas que disputaram as duas eleições mostra o processo de ampliação ocorrido no período. Em 1982, quatro estavam organizadas em Pelotas (PMDB, PDS, PDT e PT). Seis anos depois, o número havia quase triplicado e

5

nada menos do que 11 se apresentaram ao eleitor, eram elas as anteriores, mais as estreatantes: PL, PFL, PSDB, PCB, PCdoB, PTB e PSB. Com exceção do PTB, que existia nacionalmente desde 1980 e só conseguiu se estruturar para a disputa de 1988, as demais surgiram depois das eleições de 1982.

No entanto, conforme o critério a ser utilizado, o número de candidaturas ao Executivo permaneceu o mesmo ou aumentou em apenas um (20%). Isso porque, em 1982, o PMDB serviu-se da sublegenda e lançou dois nomes à Prefeitura, sendo possível indicar que houve cinco candidaturas diferentes.<sup>5</sup> Em 1988, também houve cinco concorrentes, pois, enquanto PMDB e PDT preferiram disputar sozinhos, os demais partidos formaram três coligações, aproveitando que este recurso voltara a ser permitido: “Aliança Democrática Popular”, composta por PDS, PL, PFL e PTB, tendo um candidato do PDS como cabeça de chapa; “Frente Popular”, que reuniu três legendas (PSDB, PCdoB e PCB), lideradas pelo PSDB; mais a união de PT com PSB, coordenada pelo primeiro. Em 1988, a única novidade inequívoca era a candidatura do PSDB, visto que os outros quatro haviam apresentado postulante à Prefeitura em 1982.

1982	1988
PMDB	PMDB
PDT	PDT
PT	PT*-PSB
PDS	Aliança Democrática Popular (PDS*-PL-PFL-PTB) Frente Popular (PSDB*-PCdoB-PCB)

**Quadro 2** – Concorrentes nas eleições municipais de Pelotas, em 1982 e em 1988

\* cabeça de chapa

Em realidade, a grande mudança deu-se no resultado da eleição. Tudo indicava que a disputa estaria concentrada, mais uma vez, no PMDB e no PDS, não só pela importância das legendas, como também pelos nomes que lançaram ao cargo. O primeiro escolheu o ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues (1977-1982), o homem que derrotara a Arena em 1976, modernizara a cidade e fizera o seu sucessor em 1982; enquanto o segundo investiu em um quadro emergente, o vereador Fetter Júnior, primeiro suplente de deputado federal em 1986 e

<sup>5</sup> - A rigor eram quatro partidos concorrentes, sendo que um apresentou duas candidaturas (sublegenda). Isso tanto é verdade que o PMDB ganhou as eleições locais, mas não teve o candidato mais votado: a vitória surgiu da soma dos votos das sublegendas (tabela 1).

6

representante de uma importante família local (o avô e tio haviam sido prefeitos, e o pai, vice) (GRILL, 2005).

Os demais candidatos, além de serem de partidos menos destacados, não tinham o mesmo cacife: o PT lançou o vereador Flávio Coswig, com passagem por PMDB e PCB; enquanto o PSDB apostou no professor universitário e advogado José Luis Marasco Cavalheiro Leite; e o PDT no médico José Anselmo Rodrigues, sendo que ambos não possuíam carreira política prévia.

Os favoritos Irajá e Fetter Júnior desconhecaram os demais candidatos, realizaram uma campanha acirrada um contra o outro, centrada em promessas mirabolantes (restaurante flutuante, trem bala unindo a cidade a Porto Alegre), e não se preocuparam com o desgaste que suas legendas apresentavam junto ao eleitorado: o PDS era o partido da recém superada ditadura e de Paulo Maluf; o PMDB, o de José Sarney e do fracassado Plano Cruzado, além de estar no poder no município há duas gestões e de o prefeito eleito em 1982, Bernardo de Souza, ter renunciado ao mandato em 1987 para ser secretário estadual do governo Pedro Simon (PMDB), deixando em seu lugar o vice, que não tinha muita expressão política (José Maria Carvalho da Silva).

Anselmo Rodrigues, por sua vez, soube se servir do HGPE<sup>6</sup> para construir a imagem de que os dois favoritos eram representantes da elite e do antigo, e de que apenas ele poderia representar os interesses das classes populares, o que foi potencializado pelo bordão “vamos fazer um governação” e a fala característica, inspirada em Leonel Brizola.

Tidos como azarões, Anselmo e o PDT venceram a eleição por grande margem de votos (cerca de 25 mil ou 20 pontos percentuais), ainda hoje a maior da atual fase pluripartidária. O PDS amargou o segundo lugar novamente e o PMDB sofreu o peso do crescimento de uma candidatura de oposição à esquerda, tendo ficado em terceiro.

**Tabela 2** – Resultado da eleição para Prefeito de Pelotas, em 1988

<i>Candidato</i>	<i>Votação</i>	<i>%</i>
Anselmo Rodrigues (PDT)	61.205	44,1
Fetter Júnior (PDS-PFL-PL-PTB)	35.307	25,5
Irajá Rodrigues (PMDB)	30.456	21,9
Flávio Coswig (PT-PSB)	9.247	6,7
Marasco (PSDB-PCdoB-PCB)	2.512	1,8

<sup>6</sup> - Desde 1985, este não tinha mais as limitações da Lei Falcão e se constituía uma das novidades em disputas municipais.

---

<b>Total</b>	<b>138.727</b>	<b>100</b>
--------------	----------------	------------

---

Fonte : TRE-RS

Na disputa proporcional, como todas as coligações da majoritária foram repetidas, também havia cinco listas, as quais lançaram, no total, 249 candidatos. Em 1982, com quatro concorrentes, houve 164 candidaturas – aumento de 20% no número de listas e de 1/3 no de candidatos.

A Ciência Política já mostrou que o modo como a legislação brasileira organiza a coligação cria uma espécie de “partido virtual” nas disputas proporcionais: a união de duas ou mais legendas forma um único concorrente para efeito de contabilização de votos e de distribuição de cadeiras, embora o eleitor não tenha a possibilidade de votar na coligação e necessariamente escolha uma das participantes dela. As eventuais cadeiras conquistadas são distribuídas aos candidatos individualmente mais votados do “partido virtual”, independentemente de a qual legenda eles pertençam ou da quantidade de votos que cada uma tenha aportado à aliança. Por conseqüência, ao criar as “legendas virtuais”, a aliança pode reduzir o número de listas concorrentes, mas necessariamente não diminui o de partidos que conseguem eleger representantes. Ao inverso: ela é um meio de que se utilizam pequenas legendas com vistas a ampliarem as chances de eleger um representante. (NICOLAU, 1996; KRAUSE/SCHMITT, 2005; SOARES, 1964, 2001)

Esse fenômeno se verificou em Pelotas. Embora cinco listas tenham concorrido, seis partidos conseguiram se eleger: os dois que concorreram avulsos (PMDB e PDT), três dos quatro que compunham a “Aliança Democrática Popular” (PDS, PFL e PL) e PT, da união PT-PSB. Das três coligações formadas, apenas a “Frente Popular” não obteve vaga, além de outros dois componentes de alianças: PTB e PSB. Em comparação à eleição de 1982, quando três legendas haviam conquistado cadeira, o número de partidos dobrou. Os novatos eram: PT, PFL e PL, sendo que somente os dois últimos estreavam em eleições municipais.

O caso do PFL é bastante representativo: em 1988, ele possuía quatro vereadores, a partir de migração.<sup>7</sup> A direção e os candidatos sabiam que essa bancada era grande demais para o potencial de votos da nova legenda, razão pela qual buscaram a coligação como forma de minimizar os prejuízos que teriam se concorressem sozinhos. O parceiro escolhido foi o

---

<sup>7</sup> - Na seqüência, mais detalhes sobre a migração.

8

PDS, ainda importante e bem estruturado no município, e o resultado foi a conquista de duas vagas. Esta era a mesma legenda que os parlamentares do PFL haviam abandonado pouco tempo antes, a partir de divergências “significativas”.

O PDS, por sua vez, aceitou a coligação, ainda que a aliança significasse a perda de alguma cadeira de vereador, porque este era um recurso importante na tentativa de vencer a disputa majoritária ao retomar a coesão das forças de direita que, em 1982, quase havia conseguido a Prefeitura. Sem o apoio do PFL, a situação se tornaria muito mais difícil.<sup>8</sup> Em outros termos: a lógica de maximizar o espaço político é mais forte do que qualquer divergência política prévia.

Se os resultados eleitorais de 1988 fossem submetidos às regras de 1982, ou seja, as coligações continuassem proibidas, o cenário seria outro: haveria 11 listas concorrentes, mas somente cinco partidos eleitos (o PL estaria excluído). O fato confirma o quanto as alianças reduzem o número de concorrentes, ao mesmo tempo em que potencializam a ampliação no número de partidos que conseguem representação parlamentar. Porém, tal ampliação não ocorreu unicamente por causa das coligações, o fenômeno tornou-se mais intenso em razão desse recurso, como indica a simulação (tabela 3).

Quando se analisa o número de cadeiras que cada partido obteve, as mudanças ficam ainda mais claras. Em 1982, o PMDB conquistou 10 vagas (47,6% da Câmara), o PDS nove (42,9%) e o PDT duas (9,5%). Em 1988, a distribuição ficou assim: PMDB seis (28,6%), PDS e PDT cinco cada um (23,8%), PFL e PT duas cada um (9,5%) e PL uma (4,8%). Se não houvesse coligação, a situação teria uma única modificação: PFL ficaria com a vaga que, efetivamente, foi ocupada pelo PL.

**Tabela 3** - Número de cadeiras de vereadores conquistadas pelos partidos, em Pelotas, nas eleições de 1982 e de 1988, e projeção de como ficaria essa distribuição em 1988, se não houvesse coligação

<i>Partido \ Eleição</i>	<i>1982</i>	<i>1988</i>	<i>1988 s/ coligação</i>
<b>PMDB</b>	10	6	6
<b>PP</b>	9	5	5
<b>PDT</b>	2	5	5
<b>PT</b>	-	2	2
<b>PFL</b>	-	2	3

<sup>8</sup> - Foi o que aconteceu na eleição municipal seguinte, em 1992: PDS e PFL lançaram candidatos a Prefeito, e a vitória foi do PMDB por pequena margem sobre o PDS (3.561 votos). A votação do PFL, quinto colocado, foi maior do que esta diferença (5.714).



<b>PL</b>	-	1	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>

O aumento no número de legendas representadas deu-se a partir do espaço político até então ocupado por PMDB e PDS. Em 1982, eles detinham 19 cadeiras; e seis anos depois, 11. Em termos percentuais, caíram de 90,5% da Câmara para 52,4%. Pode-se considerar o fato razoável, em função da grandeza que apresentavam em 1982, mas é importante indicar que a mudança simplesmente poderia não ter ocorrido, que ao menos um deles poderia ter mantido as suas cadeiras, bem como que o surgimento de novas legendas poderia ter se dado, ao menos parcialmente, às custas das duas vagas do PDT. Não foi o que aconteceu: a perda atingiu igualmente ao PMDB e ao PDS (cada um perdeu quatro cadeiras, cerca de 40% do espaço conquistado em 1982), enquanto o PDT mais do que dobrou a bancada (duas para cinco cadeiras).

Todavia, a simples comparação entre os resultados pode induzir o analista a erro. Isso porque o cenário partidário havia se modificado intensamente nos seis anos que separam as duas disputas. E nessa mudança, a já referenciada EC-25 foi importante: ela passou a permitir a troca de legenda e a criação de novos partidos, sendo vista como um estímulo a estas práticas, ao não fixar nenhum custo para quem as adotasse: o político que trocasse de partido não perderia o mandato, não se tornava inelegível e ainda poderia se servir deste recurso para “aditivar” as possibilidades eleitorais ou os recursos do mandato (MELO, 2004)<sup>9</sup>; os novos partidos poderiam participar de eleições ainda que tivessem registro provisório. LAMOUNIER (1989, p. 115) destaca que a EC-25

(...) não estabeleceu nenhum critério razoável de representatividade no tocante à formação de novos partidos, e na verdade afrouxou até o limite de critério que até então vigoravam. Para se ter uma idéia do ponto a que se chegou, em 1986 um partido que provavelmente não teria 500 adeptos estáveis e cujo líder jamais fora eleito para nenhum cargo conseguiu valer-se dessa permissividade legal e ocupar uma rede nacional de rádio e televisão para divulgar o seu 'programa'.

<sup>9</sup> - A legislação atual fixou custos formais para a migração partidária. A Lei 9.096, de 1995, indica em seu art. 18 que: “para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.” E o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), via Resolução 22.610, de 2007, determinou a perda de mandato para o político que troca de partido, ressalvadas situações determinadas (incorporação ou fusão de partido; criação de novo partido; mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; grave discriminação pessoal), a serem julgadas caso a caso.

A este panorama se juntou a instabilidade política dos anos 1980, motivada pelo fim do regime militar, pela instalação da “Nova República”, pela realização de uma Constituinte e, finalmente, pela retomada das eleições diretas para presidente. No decorrer do processo, a matriz bipartidária em torno da qual girava o sistema inaugurado pela reforma de 1979 foi abalada, *“abrindo, dessa forma, a possibilidade de um novo ciclo de reacomodações no interior do sistema partidário brasileiro.”* (MELO, 2004, p. 35).

Nessas circunstâncias, trocar de partido e criar novas legendas tornou-se uma alternativa razoável, não só em escala nacional, como local. Logo, a distribuição de forças na Câmara de Vereadores estabelecida pelo pleito de 1982 sofreu uma série de modificações: houve oito trocas de partido entre 1985 e 1987, as quais redundaram na abertura de espaço parlamentar para três novas legendas (PFL, PCB e PT).

No primeiro movimento, em 1985, quatro vereadores do PDS abandonaram a sigla, em meio à crise interna decorrente da disputa pela sucessão presidencial: três fundaram o PFL e um preferiu ir para o PMDB. Na seqüência, um vereador do PMDB formou a bancada do PCB, tendo em vista a legalização da legenda. Em 1986, o PDS perdeu mais uma cadeira para o PFL e, finalmente, em 1987, aquele vereador que havia se vinculado ao PCB rompeu com o partido e inaugurou a bancada do PT na Câmara.

Como reflexo dessa movimentação, no encerramento da legislatura: o PMDB (10) e o PDT (duas) haviam mantido suas cadeiras, mas o PDS, que tinha nove vereadores, estava com quatro; e surgiram o PFL (quatro cadeiras) e o PT (uma).

**Tabela 4** - Número de cadeiras ocupadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Pelotas, no período 1982-1988

<b>Partido</b>	<b>Eleição 1982</b>	<b>1983-85</b>	<b>1986</b>	<b>1987-88</b>
<b>PMDB</b>	10	10	10	10
<b>PP</b>	9	5	4	4
<b>PDT</b>	2	2	2	2
<b>PT</b>	-	-	-	1
<b>PFL</b>	-	3	4	4
<b>PCB</b>	-	1	1	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>

O cenário político imediatamente anterior à eleição de 1988 era bastante distanciado daquele existente em 1982 e já se apresentava como pluripartidário de fato, em razão da

11

migração e da criação de partidos. O resultado do pleito de 1988 confirmou a tendência seguida por essas movimentações da elite política local e consagrou o rompimento com a condição bipartidária (PMDB e PDS) apresentada pelas urnas e que era, por sua vez, uma continuidade tanto em relação ao período anterior quanto em comparação aos primeiros anos que se seguiram à reforma partidária (1979-1982): os cinco partidos que formavam bancadas ao término da legislatura 1983-88, elegeram-se em 1988, e ainda houve espaço para um novato (PL), que o obteve por intermédio da coligação.

Tal condição pluripartidária foi construída a partir do crescimento dos partidos criados imediatamente após a reforma de 1979 e que haviam sido preteridos em 1982: o PDT, que elegeu o Prefeito e cinco vereadores; e o PT, que fez duas cadeiras. Contudo, ela também se deveu à presença de legendas que não haviam disputado as eleições anteriores: PFL (já representado na legislatura 1983-88) e PL, que juntos obtiveram três vagas.

Isso se verifica também no fato de que nem PMDB nem PDS conquistaram a Prefeitura e perderam, em conjunto, oito cadeiras de vereador. No entanto, a mudança não foi total: em função da grandeza que apresentavam anteriormente, os dois mantiveram a condição de maiores bancadas na Câmara, ao conquistarem seis e cinco vagas, respectivamente.

Este quadro não é uma peculiaridade do sistema político pelotense. Em traços gerais, ele reproduz o que ocorreu em escala nacional: PDS e PMDB surgiram como herdeiros do sistema partidário anterior, eram as entidades mais bem estruturadas do país, motivo pelo qual controlaram o novo sistema. A partir da metade dos anos 1980, embora ainda mantivessem significativa expressão política, perderam esta condição com a chegada de novos postulantes. Estes eram frutos de cisões, como as ocorridas no PDS e que deram origem a PFL e PL, ou no PMDB, que levou à criação do PSDB, sem contar a legalização dos partidos comunistas (até então vinculados ao PMDB), e os partidos que foram de criação “autônoma”, caso do PSB.

Todavia, há as peculiaridades locais. Em Pelotas, no início do pluripartidarismo, o PMDB era uma força política mais expressiva do que o PDS (ao contrário do que ocorria em escala nacional), em função de controlar a Prefeitura Municipal, o que se refletiu na Câmara: na eleição de 1982 e também na de 1988, o PMDB obteve uma cadeira a mais do que o adversário. Na mesma medida, o partido de apoio ao regime militar não elegeu o Prefeito em 1976, nem tinha a maioria na Câmara, o que foi confirmado no pleito de 1982 e reafirmado no de 1988 (embora não mais com o PMDB, e sim com o PDT, legenda que obteve, nesse momento, um destaque que não possuía em escala nacional).

## Referências

### 1. Fontes primárias

- DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1982-nov. 1988.  
DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas. nov. 1982-nov. 1988.  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Dados Eleitorais. 1988 [www.tre-rs.gov.br]  
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. UFPel. Pelotas. *Banco de dados Eleitorais*.

### 2. Bibliografia

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis : Vozes, 1984.  
BARRETO, A. / ARAÚJO, A. / ALTMANN, C. A reorganização partidária em Pelotas (1979-1982). *Anais do VIII Encontro Estadual de História*. Caxias do Sul : Anpuh-RS, 2006 [CD-Rom]  
\_\_\_\_\_. Cenários e perspectivas da reforma partidária (1979-1982): o caso do município de Pelotas (RS). *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo : Anpuh, 2007 [CD-Rom]  
BARRETO, A. / ALTMANN, C. PT, PMDB e PP em Pelotas (1979-2004): vidas paralelas. *Anais do 1º Seminário de História Regional*. Passo Fundo : UPF, 2007 [www.anais-shr.heinsfeld.com/files/cristinaaltmannalvarobarreto.pdf]  
\_\_\_\_\_. Partidos e eleições municipais em Pelotas (RS) de 1979 a 2004: mudanças e permanências. *Anais do III Seminário Internacional de História*. Maringá : UEM, 2007 [CD-Rom]  
\_\_\_\_\_. A Construção das novas identidades partidárias em Pelotas (1979-1982), a partir do relato das lideranças. *Anais do IX Encontro Nacional de História Oral*. São Leopoldo : ABHO, 2008 [CD-Rom]  
BRITO, L. N. As Eleições de novembro e suas conseqüências. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte : UFMG (57), jul. 1983.  
FERREIRA, D. P. *Oposição e transição democrática – a estratégia peemebista nas eleições de 1982*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.  
FLEISCHER, D. (Org.). *Da Distensão à abertura – as eleições de 1982*. Brasília : UnB, 1988.  
GRILL, E. *Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.  
KRAUSE, S. / SCHMITT, R. (Org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro /São Paulo : Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2005.  
LAMOUNIER, B. *Partidos & Utopias – o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo : Loyola, 1989.  
LIMA, V. M. *A Dança das Cadeiras: A Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas nas Legislaturas 1983-2004*. Pelotas, 2005. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.  
LIMA JÚNIOR, O. B. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo : Loyola, 1993.

13

KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo : Vértice, 1988.

MELO, C. R. *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados*. Belo Horizonte : UFMG, 2004.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SOARES, G. A D. *A Democracia interrompida*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2001.

\_\_\_\_\_. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte (17), jul., 1964.

SOUZA, M. C. C. / KUGELMAS, E. Eleições 82. *Novos Estudos*. São Paulo : Cebrap, (1), abr. 1983.